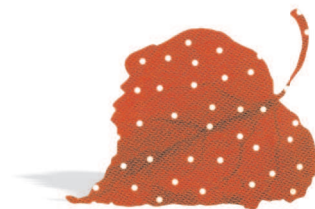


PROCESSO SELETIVO VESTIBULAR 2011

INSTRUÇÕES

1. Confira, abaixo, seu nome e número de inscrição. **Assine no local indicado.**
2. Verifique se os dados impressos no **Cartão-Resposta** correspondem aos seus. Caso haja alguma irregularidade, comunique-a imediatamente ao **Fiscal da Prova**.
3. Não serão permitidos empréstimos de materiais; consultas e comunicação entre os candidatos; uso de livros, apostilas e apontamentos. Relógios e aparelhos eletrônicos, em geral deverão ser desligados e colocados no saco plástico fornecido pelo **Fiscal**. O não-cumprimento destas exigências ocasionará a exclusão do candidato deste Processo Seletivo.
4. Aguarde autorização para abrir o **Caderno de Prova**. Antes de iniciar a Prova, confira a impressão e a paginação e, em caso de qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao **Fiscal**.
5. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas ao **Fiscal**.
6. A Prova Objetiva é composta por **40 (quarenta) questões** de múltipla escolha, em que há **somente 1 (uma) alternativa** correta, divididas igualmente em **2 (duas) disciplinas**. Transcreva para o **Cartão-Resposta** o resultado que julgar correto em cada questão, preenchendo o retângulo correspondente com caneta esferográfica transparente com tinta preta.
7. No **Cartão-Resposta**, **anulam a questão**: marcar mais de 1 (uma) alternativa correta, rasurar ou preencher além dos limites do retângulo destinado para cada marcação. Não haverá substituição do **Cartão-Resposta** por erro de preenchimento.
8. A duração da Prova será de **4 (quatro) horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do **Cartão-Resposta**.
9. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao **Fiscal**. **Aguarde autorização para devolver, em separado, o Caderno de Prova e o Cartão-Resposta, devidamente assinados.**

2ª fase



06/12

O gabarito oficial provisório estará disponível no endereço eletrônico
www.cops.uel.br a partir das 20 horas do dia 6 de dezembro de 2010.

1

Leia o texto a seguir.

O pensamento moderno caracteriza-se pelo crescente abandono da ciência aristotélica. Um dos pensadores modernos desconfortáveis com a lógica dedutiva de Aristóteles – considerando que esta não permitia explicar o progresso do conhecimento científico – foi Francis Bacon. No livro *Novum Organum*, Bacon formulou o método indutivo como alternativa ao método lógico-dedutivo aristotélico.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de Bacon, é correto afirmar que o método indutivo consiste

- a) na derivação de consequências lógicas com base no corpo de conhecimento de um dado período histórico.
- b) no estabelecimento de leis universais e necessárias com base nas formas válidas do silogismo tal como preservado pelos medievais.
- c) **na postulação de leis universais com base em casos observados na experiência, os quais apresentam regularidade.**
- d) na inferência de leis naturais baseadas no testemunho de autoridades científicas aceitas universalmente.
- e) na observação de casos particulares revelados pela experiência, os quais impedem a necessidade e a universalidade no estabelecimento das leis naturais.

2

O principal problema de Descartes pode ser formulado do seguinte modo: “Como poderemos garantir que o nosso conhecimento é absolutamente seguro?” Como o cético, ele parte da dúvida; mas, ao contrário do cético, não permanece nela. Na Meditação Terceira, Descartes afirma: “[...] engane-me quem puder, ainda assim jamais poderá fazer que eu nada seja enquanto eu pensar que sou algo; ou que algum dia seja verdade eu não tenha jamais existido, sendo verdade agora que eu existo [...]”

(DESCARTES, René. *Meditações Metafísicas*. Meditação Terceira, São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 182. Coleção Os Pensadores.)

Com base no enunciado e considerando o itinerário seguido por Descartes para fundamentar o conhecimento, é correto afirmar:

- a) Todas as coisas se equivalem, não podendo ser discerníveis pelos sentidos nem pela razão, já que ambos são falhos e limitados, portanto o conhecimento seguro detém-se nas opiniões que se apresentam certas e indubitáveis.
- b) O conhecimento seguro que resiste à dúvida apresenta-se como algo relativo, tanto ao sujeito como às próprias coisas que são percebidas de acordo com as circunstâncias em que ocorrem os fenômenos observados.
- c) Pela dúvida metódica, reconhece-se a contingência do conhecimento, uma vez que somente as coisas percebidas por meio da experiência sensível possuem existência real.
- d) A dúvida manifesta a infinita confusão de opiniões que se pode observar no debate perpétuo e universal sobre o conhecimento das coisas, sendo a existência de Deus a única certeza que se pode alcançar.
- e) **A condição necessária para alcançar o conhecimento seguro consiste em submetê-lo sistematicamente a todas as possibilidades de erro, de modo que ele resista à dúvida mais obstinada.**

3

Leia o texto a seguir.

[...] não exigirei que um sistema científico seja suscetível de ser dado como válido, de uma vez por todas, em sentido positivo; exigirei, porém, que sua forma lógica seja tal que se torne possível validá-lo através de recurso a provas empíricas em sentido negativo [...].

(POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. Trad. L. Hegenberg e O. S. da Mota. São Paulo: Cultrix, 1972. p. 42.)

Assinale a alternativa que corresponde ao critério de avaliação das teorias científicas empregado por Popper.

a) Falseabilidade

- b) Organicidade
- c) Confiabilidade
- d) Dialeticidade
- e) Diferenciabilidade

Leia o texto a seguir.

Habermas distingue entre racionalidade instrumental e racionalidade comunicativa. A racionalidade comunicativa ocorre quando os seres humanos recorrem à linguagem com o intuito de alcançar o entendimento não coagido sobre algo, por exemplo, decidir sobre a maneira correta de agir (ação moral). A racionalidade instrumental, por sua vez, ocorre quando os seres humanos utilizam as coisas do mundo, ou até mesmo outras pessoas, como meio para se alcançar um fim (raciocínio meio e fim).

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a teoria da ação comunicativa de Habermas, é correto afirmar:

- a) Contar uma mentira para outra pessoa buscando obter algo que desejamos e que sabemos que não receberíamos se disséssemos a verdade é um exemplo de racionalidade comunicativa.
- b) Realizar um debate entre os alunos de turma da faculdade buscando decidir democraticamente a melhor maneira de arrecadar fundos para o baile de formatura é um exemplo de racionalidade instrumental.
- c) Um adolescente que diz para seu pai que vai dormir na casa de um amigo, mas, na verdade, vai para uma festa com amigos, é um exemplo de racionalidade comunicativa.
- d) Alguém que decide economizar dinheiro durante vários anos a fim de fazer uma viagem para os Estados Unidos da América é um exemplo de racionalidade instrumental.**
- e) Um grupo de amigos que se reúne para decidir democraticamente o que irão fazer com o dinheiro que ganharam em um bolão da Mega Sena é um exemplo de racionalidade instrumental.

Leia o texto a seguir.

Francis Bacon, em sua obra *Nova Atlântida*, imagina uma utopia tecnocrática na qual o sofrimento humano poderia ser removido pelo desenvolvimento e pelo aperfeiçoamento do conhecimento científico, o qual permitiria uma crescente dominação da natureza e um suposto afastamento do mito. Na obra *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer defendem que o projeto iluminista de afastamento do mito foi convertido, ele próprio, em mito, caindo no dogmatismo e em numa forma de mitologia. O progresso técnico-científico consiste, para Adorno e Horkheimer, no avanço crescente da racionalidade instrumental, a qual é incapaz de frear iniciativas que afrontam a moral, como foram, por exemplo, os campos de concentração nazistas.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o desenvolvimento técnico-científico, é correto afirmar:

- a) Bacon pensava que o incremento da racionalidade instrumental aliviaria as causas do sofrimento humano, apesar de a razão, a longo prazo, sucumbir novamente ao mito.
- b) Adorno e Horkheimer concordavam que o progresso científico não consegue superar o mito, mas se torna um tipo de concepção mítica incapaz de discriminar o que é certo do que é errado moralmente.**
- c) Adorno e Horkheimer sustentavam que o crescente avanço da racionalidade instrumental consistia num incremento da capacidade humana de avaliar moralmente.
- d) Bacon apontava que o aumento da capacidade de domínio do homem sobre a natureza conduziria os seres humanos a uma forma de dogmatismo.
- e) Tanto Adorno e Horkheimer quanto Bacon viam o progresso técnico e científico como a solução para os sofrimentos humanos e para as incertezas morais humanas.

Leia o texto a seguir.

Na tradição liberal, a ênfase é posta no caráter impessoal das leis e na proteção das liberdades individuais, de tal modo que o processo democrático é compelido pelos (e está a serviço dos) direitos pessoais que garantem a cada indivíduo a liberdade de buscar sua própria realização. Na tradição republicana, a primazia é dada ao processo democrático enquanto tal, entendido como uma deliberação coletiva que conduz os cidadãos à procura do entendimento sobre o bem comum.

(Adaptado de: ARAÚJO, L. B. L. Moral, direito e política. Sobre a Teoria do Discurso de Habermas. In: OLIVEIRA, M.; AGUIAR, O. A.; SAHD, L. F. N. de A. e S. (Orgs.). *Filosofia Política Contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 214-235.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a filosofia política na teoria do discurso, é correto afirmar que Habermas

- a) privilegia a ideia de Estado de direito em detrimento de uma democracia participativa.
- b) concede maior relevância à autonomia pública, opondo-se à autonomia privada.

- c) ignora tanto a autonomia privada quanto a pública, substituindo-as pela utilidade das normas morais.
- d) enfatiza a compreensão individualista e instrumental do papel do cidadão na lógica privada do mercado.
- e) concilia, na mesma base, direitos humanos e soberania popular, reconhecendo-os como distintos, porém complementares.**

7

Leia o texto a seguir.

[...] é manifestamente contra a lei da natureza, seja qual for a maneira por que a definamos, uma criança mandar num velho, um imbecil conduzir um sábio, ou um punhado de pessoas regurgitar superfluidades enquanto à multidão faminta falta o necessário.

(ROUSSEAU, J. J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. L. S. Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1991. p. 282.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a distinção entre homem natural e homem social em Rousseau, é correto afirmar:

- I. A necessidade de autopreservação do homem primitivo é contrabalanceada pelo sentimento de piedade, o que o remove de praticar o mal sem necessidade.
- II. O homem natural sente medo de tudo o que é desconhecido, mantendo-se, desse modo, ávido para o ataque.
- III. O homem social é ambicioso e deseja elevar sua fortuna e posses, menos por necessidade e mais para colocar-se acima dos outros numa expressão de poder e superioridade.
- IV. O homem social vive em paz e igualdade, de forma tranquila e harmoniosa com todos os cidadãos.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e III são corretas.**
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e IV são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

8

Leia o texto a seguir.

Locke divide o poder do governo em três poderes, cada um dos quais origina um ramo de governo: o poder legislativo (que é o fundamental), o executivo (no qual é incluído o judiciário) e o federativo (que é o poder de declarar a guerra, concertar a paz e estabelecer alianças com outras comunidades). Enquanto o governo continuar sendo expressão da vontade livre dos membros da sociedade, a rebelião não é permitida: é injusta a rebelião contra um governo legal. Mas a rebelião é aceita por Locke em caso de dissolução da sociedade e quando o governo deixa de cumprir sua função e se transforma em uma tirania.

(LOCKE, John. In: MORA, J. F. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Loyola, 2001. V. III. p. 1770.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre John Locke, é correto afirmar:

- I. O direito de rebelião é um direito natural e legítimo de todo cidadão sob a vigência da legalidade.
- II. O Estado deve cuidar do bem-estar material dos cidadãos sem tomar partido em questões de matéria religiosa.
- III. O poder legislativo ocupa papel preponderante.
- IV. Na estrutura de poder, dentro de certos limites, o Estado tem o poder de fazer as leis e obrigar que sejam cumpridas.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e III são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e IV são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.**

Leia o texto a seguir.

Que seja portanto ele a considerar-se a si mesmo, que quando empreende uma viagem se arma e procura ir bem acompanhado; que quando vai dormir fecha suas portas; que mesmo quando está em casa tranca seus cofres; e isso mesmo sabendo que existem leis e funcionários públicos armados, prontos a vingar qualquer injúria que lhe possa ser feita.

(HOBBS. *Leviatã*. Trad. J. P. Monteiro e M. B. N. da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 80.)

O texto de Hobbes diverge de uma ideia central da filosofia política de Aristóteles.**Assinale a alternativa que identifica essa ideia aristotelica.**

- a) É inerente à condição humana viver segundo as condições adversas do estado de natureza.
- b) A sociabilidade se configura como natural aos seres humanos.**
- c) Os homens, no estado civil, perdem a bondade originária do homem natural.
- d) A insociável sociabilidade é característica imanente às ações humanas.
- e) O Estado é incapaz de prover a segurança dos súditos.

Leia o texto a seguir.

Homero, sendo digno de louvor por muitos motivos, é-o em especial porque é o único poeta que não ignora o que lhe compete fazer. De fato, o poeta, em si, deve dizer o menos possível, pois não é através disso que faz a imitação. Os outros intervêm, eles mesmos, durante todo o poema e imitam pouco e raramente. Ele, pelo contrário, depois de fazer um breve preâmbulo, põe imediatamente em cena um homem, uma mulher ou qualquer outra personagem e nenhum sem caráter, mas cada uma dotada de caráter próprio.

(ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. A. M. Valente. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004. p. 94-95.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a mimesis em Aristóteles, assinale a alternativa correta.

- a) As personagens devem aparecer agindo menos e o poeta falando mais, como faz Homero.
- b) Ao intervir muito no poema, sem colocar personagens, o poeta imita com qualidade superior.
- c) Ao dizer o menos possível, Homero coloca as personagens em ação e assim ele é mais imitador.**
- d) Homero é elogiado por iniciar seus poemas com breves preâmbulos e pouco se referir a personagens em ação.
- e) O poeta deve fazer uma breve introdução e iniciar a ação narrando sem necessidade de personagens.

Leia o texto a seguir.

É precisamente nos ritmos e nas melodias que nos deparamos com as imitações mais perfeitas da verdadeira natureza da cólera e da mansidão, e também da coragem e da temperança, e de todos os seus opostos e outras disposições morais (a prática prova-o bem, visto que o nosso estado de espírito se altera consoante a música que escutamos).

(Aristóteles. *Política*. Ed: bilingue. Trad. A. C. Amaral e C. C. Gomes. Lisboa: Vega, 1998. Livro VIII, p. 579.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a música e a teoria política de Aristóteles, considere as afirmativas a seguir.

- I. A música pode incitar um certo estado de espírito, por isso deve-se escolher aquela que forme bem o caráter do cidadão.
- II. A música, por ter ritmo e melodia, incita paixões e mesmo qualidades éticas, sendo desnecessário cuidar de sua escolha.
- III. A música é a arte que melhor imita paixões e qualidades éticas, por isso ela é importante para a formação do cidadão.
- IV. A música incita a formação das virtudes e deve também ser estendida aos estratos inferiores da sociedade.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e III são corretas.**
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e IV são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

Leia o texto a seguir.

A virtude é, pois, uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consiste numa mediania, isto é, a mediania relativa a nós, a qual é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática.

(Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. Trad. de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Livro II, p. 273.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a situada ética em Aristóteles, pode-se dizer que a virtude ética

a) reside no meio termo, que consiste numa escolha situada entre o excesso e a falta.

- b) implica na escolha do que é conveniente no excesso e do que é prazeroso na falta.
- c) consiste na eleição de um dos extremos como o mais adequado, isto é, ou o excesso ou a falta.
- d) pauta-se na escolha do que é mais satisfatório em razão de preferências pragmáticas.
- e) baseia-se no que é mais prazeroso em sintonia com o fato de que a natureza é que nos torna mais perfeitos.

Leia os textos a seguir.

[...] seria possível reconstituir a história da arte a partir do confronto de dois pólos, no interior da própria obra de arte, e ver o conteúdo dessa história na variação do peso conferido seja a um pólo, seja a outro. Os dois pólos são o valor de culto da obra e seu valor de exposição. [...] À medida que as obras de arte se emancipam do seu uso ritual, aumentam as ocasiões para que elas sejam expostas. (p. 172).

(BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica - Primeira versão. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de Walter Benjamin, é correto afirmar:

- a) O resgate da aura artística da obra de arte promovido pela reprodutibilidade técnica amplia sua função potencialmente democratizadora, permitindo o acesso de um número maior de pessoas à sua contemplação.
- b) O declínio da aura da obra de arte, decorrente de sua crescente elitização e das novas técnicas de reprodução em série, reforça seu valor tradicional de culto e amplia a percepção estética das coletividades humanas.
- c) A arte, na sociedade primitiva, tinha por finalidade atender aos rituais religiosos, por isso possuía um caráter aurático vinculado ao valor de culto, o qual se perde com o avanço da reprodutibilidade técnica, na época moderna.**
- d) O cinema manifesta-se como uma obra de arte aurática, pois suscita em cada um dos espectadores uma forma singular e única de se relacionar com o objeto artístico no interior do qual mergulha e nele se distrai.
- e) O que determina o esvaziamento da aura da obra de arte reproduzida tecnicamente é a sua reclusão e a perda do valor de exposição, o que restringe o acesso das massas, que se tornaram alienadas.

Leia o texto a seguir.

Na Primeira Secção da Fundamentação da Metafísica dos Costumes, Kant analisa dois conceitos fundamentais de sua teoria moral: o conceito de vontade boa e o de imperativo categórico. Esses dois conceitos traduzem as duas condições básicas do dever: o seu aspecto objetivo, a lei moral, e o seu aspecto subjetivo, o acatamento da lei pela subjetividade livre, como condição necessária e suficiente da ação.

(DUTRA, D. V. *Kant e Habermas: a reformulação discursiva da moral kantiana*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 29.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a teoria moral kantiana, é correto afirmar:

- a) A vontade boa, enquanto condição do dever, consiste em respeitar a lei moral, tendo como motivo da ação a simples conformidade à lei.**
- b) O imperativo categórico incorre na contingência de um querer arbitrário cuja intencionalidade determina subjetivamente o valor moral da ação.
- c) Para que possa ser qualificada do ponto de vista moral, uma ação deve ter como condição necessária e suficiente uma vontade condicionada por interesses e inclinações sensíveis.
- d) A razão é capaz de guiar a vontade como meio para a satisfação de todas as necessidades e assim realizar seu verdadeiro destino prático: a felicidade.
- e) A razão, quando se torna livre das condições subjetivas que a coagem, é, em si, necessariamente conforme a vontade e somente por ela suficientemente determinada.

Leia o texto a seguir.

Certamente, a brusca mudança de direção que encontramos nas reflexões de Maquiavel, em comparação com os humanistas anteriores, explica-se em larga medida pela nova realidade política que se criara em Florença e na Itália, mas também pressupõe uma grande crise de valores morais que começava a grassar. Ela não apenas constata a divisão entre “ser” e “dever ser”, mas também elevava essa divisão a princípio e a colocava como base da nova visão dos fatos políticos.

(REALE, G.; ANTISERI, D. *História da Filosofia*. São Paulo: Paulinas, 1990. V. II, p. 127.)

Dentre as contribuições de Maquiavel à Filosofia Política, é correto afirmar:

- a) Inaugurou a reflexão sobre a constituição do Estado ideal.
- b) Estabeleceu critérios para a consolidação de um governo tirânico e despótico.
- c) Consolidou a tábua de virtudes necessárias a um bom homem.
- d) Fundou os procedimentos de verificação da correção das normas.
- e) Rompeu o vínculo de dependência entre o poder civil e a autoridade religiosa.**

Leia o texto a seguir.

Em Técnica e Ciência como “ideologia”, Habermas apresenta uma reformulação do conceito weberiano de racionalização pela qual lança as bases conceituais de sua teoria da sociedade. Neste sentido, postula a distinção irreduzível entre trabalho ou agir instrumental e interação ou agir comunicativo, bem como a pertinência da conexão dialética entre essas categorias, das quais deriva a diferenciação entre o quadro institucional de uma sociedade e os subsistemas do agir racional com respeito a fins. Segundo Habermas, uma análise mais pormenorizada da primeira parte da Ideologia Alemã revela que “Marx não explicita efetivamente a conexão entre interação e trabalho, mas sob o título nada específico da práxis social reduz um ao outro, a saber, a ação comunicativa à instrumental”.

(Adaptado: HABERMAS, J. *Técnica e ciência como “ideologia”*. Lisboa: Edições 70, 1994. p.41-42.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de Habermas, é correto afirmar:

- a) O crescimento das forças produtivas e a eficiência administrativa conduzem à organização das relações sociais baseadas na comunicação livre de quaisquer formas de dominação.
- b) A liberação do potencial emancipatório do desenvolvimento da técnica e da ciência depende da prevenção das disfuncionalidades sistêmicas que entravam a reprodução material da vida e suas respectivas formas interativas.
- c) O desenvolvimento da ciência e da técnica, enquanto forças produtivas, permite estabelecer uma nova forma de legitimação que, por sua vez, nega as estruturas da ação instrumental, assimilando-as à ação comunicativa.
- d) Com base na irreduzibilidade entre trabalho e interação, a luta pela emancipação diz respeito tanto ao agir comunicativo, contra as restrições impostas pela dominação, quanto ao agir instrumental, contra as restrições materiais pela escassez econômica.**
- e) A racionalização na dimensão da interação social submetida à racionalização na dimensão do trabalho na práxis social determina o caráter emancipatório do desenvolvimento das forças produtivas e do bem-estar da vida humana.

Leia o texto a seguir.

Platão, em *A República*, tem como objetivo principal investigar a natureza da justiça, inerente à alma, que, por sua vez, manifesta-se como protótipo do Estado ideal. Os fundamentos do pensamento ético-político de Platão decorrem de uma correlação estrutural com constituição tripartite da alma humana. Assim, concebe uma organização social ideal que permite assegurar a justiça. Com base neste contexto, o foco da crítica às narrativas poéticas, nos livros II e III, recai sobre a cidade e o tema fundamental da educação dos governantes. No Livro X, na perspectiva da defesa de seu projeto ético-político para a cidade fundamentada em um logos crítico e reflexivo que redimensiona o papel da poesia, o foco desta crítica se desloca para o indivíduo ressaltando a relação com a alma, compreendida em três partes separadas, segundo Platão: a racional, a apetitiva e a irascível.

Com base no texto e na crítica de Platão ao caráter mimético das narrativas poéticas e sua relação com a alma humana, é correto afirmar:

- a) A parte racional da alma humana, considerada superior e responsável pela capacidade de pensar, é elevada pela natureza mimética da poesia à contemplação do Bem.
- b) O uso da mimesis nas narrativas poéticas para controlar e dominar a parte irascível da alma é considerado excelente prática propedêutica na formação ética do cidadão.
- c) A poesia imitativa, reconhecida como fonte de racionalidade e sabedoria, deve ser incorporada ao Estado ideal que se pretende fundar.
- d) O elemento mimético cultivado pela poesia é justamente aquele que estimula, na alma humana, os elementos irracionais: os instintos e as paixões.**
- e) A reflexividade crítica presente nos elementos miméticos das narrativas poéticas permite ao indivíduo alcançar a visão das coisas como realmente são.

18

Leia o texto a seguir.

Para esclarecer o que seja a imitação, na relação entre poesia e o Ser, no Livro X de A República, Platão parte da hipótese das ideias, as quais designam a unidade na pluralidade, operada pelo pensamento. Ele toma como exemplo o carpinteiro que, por sua arte, cria uma mesa, tendo presente a ideia de mesa, como modelo. Entretanto, o que ele produz é a mesa e não a sua ideia. O poeta pertence à mesma categoria: cria um mundo de mera aparência.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a teoria das ideias de Platão, é correto afirmar::

- a) Deus é o criador último da ideia, e o artífice, enquanto co-participante da criação divina, alcança a verdadeira causa das coisas a partir do reflexo da ideia ou do simulacro que produz.
- b) A participação das coisas às ideias permite admitir as realidades sensíveis como as causas verdadeiras acessíveis à razão.
- c) Os poetas são imitadores de simulacros e por intermédio da imitação não alcançam o conhecimento das ideias como verdadeiras causas de todas as coisas.**
- d) As coisas belas se explicam por seus elementos físicos, como a cor e a figura, e na materialidade deles encontram sua verdade: a beleza em si e por si.
- e) A alma humana possui a mesma natureza das coisas sensíveis, razão pela qual se torna capaz de conhecê-las como tais na percepção de sua aparência.

19

Leia os textos a seguir.

Aristóteles, no Livro IV da Metafísica, defende o sentido epistêmico do princípio de não contradição como o princípio primário, incondicionado e absolutamente verdadeiro da “ciência das causas primeiras”, ou melhor, o princípio que se apresenta como fundamento último (ou primeiro) de justificação para qualquer enunciado declarativo em sua pretensão de verdade.

“É impossível que o mesmo atributo pertença e não pertença ao mesmo tempo ao mesmo sujeito, e na mesma relação. [...] Não é possível, com efeito, conceber alguma vez que a mesma coisa seja e não seja, como alguns acreditam que Heráclito disse [...]. É por esta razão que toda demonstração se remete a esse princípio como a uma última verdade, pois ela é, por natureza, um ponto de partida, a mesma para os demais axiomas.”

(ARISTÓTELES. *Metafísica*. Livro IV, 3, 1005b apud FARIA, Maria do Carmo B. de. *Aristóteles: a plenitude como horizonte do ser*. São Paulo: Moderna, 1994. p. 93.)

Com base nos textos e nos conhecimentos sobre Aristóteles, é correto afirmar:

- a) Aqueles que sustentam, com Heráclito, conceber verdadeiramente que propriedades contrárias podem subsistir e não subsistir no mesmo sujeito opõem-se ao princípio de não contradição.**
- b) Pelo princípio de não contradição, sustenta-se a tese heracliteana de que, numa enunciação verdadeira, se possa simultaneamente afirmar e negar um mesmo predicado de um mesmo sujeito, em um mesmo sentido.
- c) Nas demonstrações sobre as realidades suprassensíveis, é possível conceber que propriedades contrárias subsistam simultaneamente no mesmo sujeito, sem que isso incorra em contradição lógica, ontológica e epistêmica.

- d) Para que se possa fundamentar o estatuto axiomático do princípio de não contradição, exige-se que sua evidência, enquanto princípio primário, seja submetida à demonstração.
- e) Com o princípio de não contradição, torna-se possível conceber que, se existem duas coisas não idênticas, qualquer predicado que se aplicar a uma delas também poderá ser aplicado necessariamente à outra.

20

Leia o texto a seguir.

Justiça e Estado apresentam-se como elementos indissociáveis na filosofia política hobbessiana. Ao romper com a concepção de justiça defendida pela tradição aristotélico-escolástica. Hobbes propõe uma nova moralidade relacionada ao poder político e sua constituição jurídica. O Estado surge pelo pacto para possibilitar a justiça e, na conformidade com a lei, se sustenta por meio dela. No *Leviatã* (caps. XIV-XV), a justiça hobbessiana fundamenta-se, em última instância, na lei natural concernente à autoconservação, da qual deriva a segunda lei que impõe a cada um a renúncia de seu direito a todas as coisas, para garantir a paz e a defesa de si mesmo. Desta, por sua vez, implica a terceira lei natural: que os homens cumpram os pactos que celebrarem. Segundo Hobbes, “onde não há poder comum não há lei, e onde não há lei não há injustiça. Na guerra, a força e a fraude são as duas virtudes cardeais”.

(HOBBES, T. *Leviatã*. Trad. J. Monteiro e M. B. N. da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1997. Coleção Os Pensadores, cap. XIII.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de Hobbes, é correto afirmar:

- a) A humanidade é capaz, sem que haja um poder coercitivo que a mantenha submissa, de consentir na observância da justiça e das outras leis de natureza a partir do pacto constitutivo do Estado.
- b) A justiça tem sua origem na celebração de pactos de confiança mútua, pelos quais os cidadãos, ao renunciarem sua liberdade em prol de todos, removem o medo de quando se encontravam na condição natural de guerra.
- c) A justiça é definida como observância das leis naturais e, portanto, a injustiça consiste na submissão ao poder coercitivo que obriga igualmente os homens ao cumprimento dos seus pactos.
- d) As noções de justiça e de injustiça, como as de bem e de mal, têm lugar a partir do momento em que os homens vivem sob um poder soberano capaz de evitar uma condição de guerra generalizada de todos.**
- e) A justiça torna-se vital para a manutenção do Estado na medida em que as leis que a efetivam sejam criadas, por direito natural, pelos súditos com o objetivo de assegurar solidariamente a paz e a segurança de todos.

GABARITO**FILOSOFIA**

Questão	Alternativa correta	Assinalada
1	C	
2	E	
3	A	
4	D	
5	B	
6	E	
7	B	
8	E	
9	B	
10	C	
11	B	
12	A	
13	C	
14	A	
15	E	
16	D	
17	D	
18	C	
19	A	
20	D	